



SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO

CNPJ nº 01.616.929/0001-02

NIRE nº 5294073347-1

**ATA DA 75ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLÉIA GERAL DA
SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO**

Aos 24 (vinte e quatro) dias do mês de novembro do ano 2000 (dois mil), às 09:00 horas, na sede social da Companhia, à Av. Fued José Sebba nº 570, Setor Jardim Goiás, em Goiânia-GO, em atendimento à convocação prévia e na forma legal, conforme edital de convocação publicado no Diário Oficial do Estado, dos dias 16, 17 e 20 de novembro de 2000, e no jornal “O Popular”, dos dias 16, 17 e 18 de novembro do mesmo ano, reuniram-se, extraordinariamente, em Assembléia Geral, os acionistas da Saneamento de Goiás S.A. Constatada a presença de mais de 2/3 (dois terços) dos acionistas, como demonstra o livro de presenças, o Sr. ALCIDES RODRIGUES FILHO, Presidente do Conselho de Administração e representando o acionista majoritário, Estado de Goiás, na condição de Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, declarou aberta a sessão, que, após, cumpridas as formalidades legais, deu por instalada a presente Assembléia Geral Extraordinária, passando a palavra ao Engº Geraldo Ferreira Felix de Sousa, Presidente da SANEAGO, que, em observância ao art. 18 do Estatuto Social, deu por instalada a presente Assembléia Geral Extraordinária, solicitando ao plenário que elegeisse o seu presidente. Os Senhores Acionistas, por decisão unânime, resolveram que os trabalhos da presente Assembléia deveriam ser presididos pelo Sr. ALCIDES RODRIGUES FILHO, na condição de representante do acionista majoritário. Após ter assumido a presidência dos trabalhos, o Sr. Presidente escolheu a mim, José Fernandes Peixoto Júnior, para desempenhar a função de Secretário “ad hoc”. Em sequência, por determinação do Senhor Presidente, foi procedida a leitura do Edital de Convocação, vazado nos seguintes termos: “**SANEAMENTO DE GOIÁS S.A. - SANEAGO - EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - O Conselho de Administração da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20, do Estatuto Social, combinado com o art. 132 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, convoca os senhores acionistas da Companhia para uma Assembléia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 24 de novembro de 2000, às 09:00 horas, na sede social da Empresa, na Avenida Fued José Sebba nº 570, Setor Jardim Goiás, para deliberarem sobre: 1. emissão, através de subscrição pública de 58.000 debêntures simples, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00, na data da emissão, perfazendo o montante de R\$ 58.000.000,00, com a fixação de suas características e condições; 2. autorização à Diretoria da Companhia, para adotar todas as medidas necessárias à referida oferta pública, inclusive quanto à assinatura da competente escritura de emissão e a contratação de instituição financeira, para coordenar o processo de colocação pública; 3. alteração da estrutura organizacional da Empresa, no que concerne à denominação da Diretoria de Finanças; 4. outros assuntos de interesse da Companhia. Goiânia, 13 de novembro de 2000. Alcides Rodrigues Filho. Presidente do Conselho. “Antes de iniciar os trabalhos, o Sr. Presidente levou ao conhecimento dos senhores acionistas, o equívoco havido na publicação do edital de chamamento para esta reunião. Na publicação feita no jornal “O Popular”, constou o horário da reunião como sendo às 19:00 horas. No entanto, o horário deveria ser às 09:00 horas. Exposta a questão, restou constatado que a chamada inserta no jornal “O Popular” não causou prejuízo para a realização desta assembléia, posto que o jornal oficial “Diário Oficial do Estado” procedeu a publicação de forma correta, ou seja, registrando a convocação para às 09:00 horas do dia 24 de novembro, e vez que os acionistas se fizeram presentes, atendendo ao chamamento, no horário das 09:00 horas. Desta forma, ficou entendido que, pelo fato de não ter havido transtornos à reunião, por unanimidade dos presentes, restou considerado retificado o horário e ratificada a convocação. Em seguida, o Sr. Presidente submeteu aos senhores acionistas presentes, o primeiro item da pauta. Após as explanações a respeito, e tendo os senhores acionistas compreendido a importância da emissão das debêntures, resolveram, por unanimidade, aprovar a primeira emissão de debêntures, em série única, através de subscrição pública, a ser registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários, com as seguintes condições e características básicas: a emissão, em uma única série, será constituída de 58.000 (cinquenta e oito mil) debêntures, com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (hum mil reais), na data de emissão, definida como 01 de novembro de 2000, perfazendo um valor total da emissão de R\$ 58.000.000,00 (cinquenta e oito milhões de reais), as debêntures serão simples, não conversíveis em ações, com atualização monetária do valor nominal através da variação do Índice Geral de Preços para o Mercado (IGP-M), divulgado pela Fundação Getúlio Vargas; as debêntures serão da espécie com garantia subordinada, podendo ocorrer a constituição de garantias adicionais em recebíveis da própria companhia. Em decorrência dessa decisão, e em conformidade com o parágrafo primeiro do artigo 59 da Lei nº 6.404, de 15.12.76, fica delegado ao Conselho de Administração, a deliberação sobre as condições de que tratam os incisos VI a VII do retro citado dispositivo, bem



como sobre a oportunidade da emissão. Após, o Senhor Presidente passou ao segundo item da pauta. Decidiu, a assembléia, por unanimidade, autorizar à Diretoria da Companhia a adotar todas as medidas necessárias à referida oferta pública à assinatura da competente escritura de emissão e a contratação da instituição financeira para coordenar o processo de colocação pública, bem assim nomear e contratar o Agente Fiduciário, adotando, junto aos órgãos governamentais e entidades privadas, as providências que se fizerem necessárias à efetivação das medidas ora aprovadas. Depois, o Senhor Presidente submeteu aos senhores acionistas, o tema inserido no item 3, da pauta. Foi decidido, por unanimidade, a alteração da denominação da Diretoria de Finanças, para Diretoria de Finanças e de Relações com o Mercado, a fim de dotá-la do suporte necessário a conduzir esse novo procedimento da Companhia, ficando o seu Diretor, Dr. Daniel Domingues, autorizado para o cumprimento das atribuições previstas na Instrução CVM 202, de 06.12.93, sem prejuízo das atribuições próprias do cargo. Após, no último item da pauta, ficou registrado que a reunião antes marcada para o dia 08 de novembro pretérito, por razões técnicas foi cancelada. Ainda neste item, o Sr. Presidente colocou em apreciação pelos acionistas solicitação do Sr. Presidente da Empresa, e em atenção a pleito do Governo do Estado, no sentido de a Empresa participar dos eventos de caráter social, empreendidos pelo Estado, onde ela for concessionária dos serviços de água e esgotos sanitários. Salientou, o Sr. Presidente, que de acordo com art. 154, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404/76, a Diretoria ou o Conselho de Administração podem praticar atos razoáveis em favor dos empregados da Companhia, ou em benefício da comunidade da qual participe. Em discussão, os Senhores Acionistas foram unânimes em manifestar que no caso dos eventos sociais, está patente o interesse da comunidade, sendo imperioso, em consequência, a presença e participação da Companhia. Em razão da permissão legal e de ser importante a atuação da SANEAGO nesses acontecimentos, os Senhores Acionistas decidiram, por unanimidade, autorizar à Diretoria da SANEAGO a participar dos eventos, tanto de forma direta, através de seus meios próprios, quer materiais, ou financeiros, quanto pela doação de importância razoável ao órgão encarregado da promoção. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente franqueou o uso da palavra. Como não houvesse quem quizesse fazer uso, foi encerrada a presente reunião, da qual lavrei a presente, que, depois de lida e achada conforme, segue assinada por mim, e pelos presentes. Esta é cópia fiel da ata lavrada no livro de atas da Assembléia Geral da Saneamento de Goiás S.A. - SANEAGO. Goiânia, 24 de novembro de 2000. Engº Geraldo F. Felix de Souza - Diretor-Presidente. José Fernandes Peixoto Júnior - Secretário "ad hoc". Junta Comercial do Estado de Goiás - Certifico o Registro em: 06.02.2001 - sob o número: 52010092137 - protocolo: 010092137 - Maria das Graças C. D. de Assis - Secretária-Geral.